

Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo
Marcelo Cesar Guimarães

COMPETITIVIDADE NA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES FEDERAIS

Teoria e Prática

Apresentação de Ricardo Villas Bôas Cueva

Prefácio de Paulo Burnier da Silveira

Curitiba
Juruá Editora
2023

Visite nossos *sites* na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: *editora@jurua.com.br*

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-65-263-0415-0

JURUÁ
EDITORA

Brasil – R. Flávio Dallegrave, 7.665 – São Lourenço – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 82.210-310 – Curitiba – Paraná – Brasil
Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: Luiz Augusto de Oliveira Junior

Araújo, Gilvandro Vasconcelos Coelho de.
A663 Competitividade na infraestrutura de transportes
federais: teoria e prática./ Gilvandro Vasconcelos
Coelho de Araújo, Marcelo Cesar Guimarães./ Curi-
tiba: Juruá, 2023.
188p.; 21 cm

1. Transportes – Infraestrutura. 2. Infraestrutura
viária. I. Guimarães, Marcelo Cesar. II. Título.

CDD 388 (22.ed)
CDU 656

00010

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte (CIP)
Biblioteca: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	15
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	17
1 ASPECTOS INTRODUTÓRIOS	21
1.1 MATRIZ CONSTITUCIONAL.....	22
1.2 ESTRUTURAÇÃO DAS ATIVIDADES.....	24
1.3 FORMAS DE PRESTAÇÃO DAS ATIVIDADES.....	26
1.4 CONCORRÊNCIA NA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES.....	29
2 O ENTRELAÇAMENTO DA ESTRUTURA INSTITUCIONAL E NORMATIVA DA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES NA FORMAÇÃO DE UM AMBIENTE COMPETITIVO	33
2.1 INSTITUIÇÕES HORIZONTAIS.....	33
2.1.1 Programa de Parcerias de Investimentos (PPI).....	33
2.1.2 Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).....	36
2.1.3 Tribunal de Contas da União (TCU).....	39
2.1.4 Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e Secretaria de Reformas Econômicas.....	42
2.2 INSTITUIÇÕES SETORIAIS.....	44
2.2.1 Infraestrutura de Transportes Terrestres.....	44
2.2.1.1 Formação de um instrumento de política pública.....	44
2.2.1.2 Percurso para uma regulação concorrencial.....	50

2.2.1.3	Avaliação de performance regulatória e concorrencial.....	55
2.2.1.4	Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).....	59
2.2.1.5	Secretaria Nacional de Transporte Rodoviário e Secretaria Nacional de Transporte Ferroviário	63
2.2.1.6	Comissão Nacional das Autoridades de Transportes Terrestres (CO-NATT).....	65
2.2.2	Infraestrutura Portuária.....	66
2.2.2.1	Formação de um instrumento de política pública	66
2.2.2.2	Percurso para uma regulação concorrencial.....	69
2.2.2.3	Avaliação de performance regulatória e concorrencial.....	74
2.2.2.4	Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ)	77
2.2.2.5	Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA)	80
2.2.2.6	Comissão Nacional das Autoridades nos Portos (CONAPORTOS).....	83
2.2.3	Infraestrutura Aeroportuária.....	84
2.2.3.1	Formação de um instrumento de política pública	84
2.2.3.2	Percurso para uma regulação concorrencial.....	87
2.2.3.3	Avaliação de performance regulatória e concorrencial.....	90
2.2.3.4	Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).....	92
2.2.3.5	Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC).....	95
2.2.3.6	Conselho de Aviação Civil (CONAC).....	98
2.2.3.7	Comissão Nacional das Autoridades Aeroportuárias (CONAERO)	99
3	REGULAÇÃO E CONCORRÊNCIA NA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES: AS TENSÕES HISTÓRICAS E OCASIONAIS.....	103
3.1	A RELAÇÃO ENTRE REGULAÇÃO E CONCORRÊNCIA	103
3.2	AS TENSÕES HISTÓRICAS.....	110
3.2.1	Taxa de Serviço de Segregação e Entrega (SSE)/ <i>Terminal Handling Charge 2</i> (THC2).....	110
3.2.2	Limitações à Concentração nos Contratos de Arrendamento e nas Concessões Portuárias.....	118

3.2.3	Limitações à Participação nas Concessões Aeroportuárias	124
3.2.3.1	Limitações à integração horizontal	125
3.2.3.2	Limitações à integração vertical	129
3.2.4	Restrições de Acesso a Aeroportos	131
3.2.4.1	Alocação de slots: regulação anticompetitiva?	131
3.2.4.2	A busca de uma alocação de slots mais competitiva no Brasil	136
3.2.4.3	Acesso à infraestrutura para distribuição de combustíveis em aeroportos.....	142
3.2.5	Concorrência entre Modais e a BR do Mar	151
3.3	AS TENSÕES OCASIONAIS	159
3.3.1	Tarifas Uniformes	159
3.3.2	Disputa entre Concorrentes	162
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	165
	REFERÊNCIAS.....	167
	ÍNDICE REMISSIVO	177